



O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Boa tarde a todos e a todas.

É uma alegria estar nesta audiência pública da Comissão Mista de Orçamento tratando de um tema que é uma inovação na lei orçamentária do Brasil e que aproxima o orçamento do País da realidade das famílias, das pessoas, dos brasileiros e das brasileiras.

Hoje pela manhã, tive oportunidade de fazer um debate na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e fiquei muito preocupado com a dimensão que essa situação está tomando. Um dado apresentado pelo nosso colega Deputado Dr. Zacharias Calil, que é muito respeitado por todos nós, mostra que 1% da população mundial hoje tem algum transtorno vinculado ao autismo. Esse número é crescente, inclusive na realidade brasileira. Pelo Censo, em torno de 18,6 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, e mais da metade desses estão vinculados ao TEA.

Eu agradeço à Prefeita Ana Vladia, de Solonópole, e à Prefeita Patrícia Barreto, de Irauçuba — que vai compor a Mesa conosco —, que nos ajudaram a ter maior clareza da realidade e da dificuldade que os Municípios têm de oferecer tratamento, acompanhamento e inclusão social para essas crianças, que ainda estão na fase de descoberta, conhecimento, crescimento e evolução. É preciso construir uma inclusão social mais benéfica para o desenvolvimento e o convívio social delas.

Ao tratar de Lei de Diretrizes Orçamentárias, fala-se muito de números, marco fiscal, contas, orçamento, receita e despesa. Aqui no Congresso fala-se muito de emenda: emenda individual, emenda de bancada, emenda de tudo quanto é jeito. Nós quisemos inovar, e essa iniciativa tem tido um resultado extraordinário. Em todas as audiências públicas de que eu participei, em São Paulo, no Rio, em Minas, na Paraíba, no Ceará, no Tocantins, em todos os Estados aonde fomos, vimos a curiosidade, a preocupação e o aplauso das



peessoas que participaram dessa iniciativa de construir uma política integrada em âmbito nacional para algo que chama tanto a nossa atenção.

Declaro iniciada a 15ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2023, da Comissão Mista de Orçamento, de minha autoria, com o objetivo de discutir a estruturação dos núcleos de atenção às crianças com transtorno do espectro autista — TEA como prioridade no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que é a mesma LDO para 2024.

Vou compor a Mesa e peço uma salva de palmas para essas guerreiras, que assumiram essa bandeira e estão mudando a vida e a realidade de milhões de brasileiros: Sra. Berenice Piana de Piana, Assessora Técnica na Clínica Escola do Autista de Itaboraí, Rio de Janeiro; Sra. Josiane Pereira Torres, Coordenadora de Projeto da Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão — SECADI do Ministério da Educação; Sra. Patrícia Maria Santos Barreto, Prefeita de Irauçuba, do meu Estado do Ceará — cidade que eu quero muito bem e que tem uma bela gestão, iniciada pelo grande líder Nonatinho Souza; e Sra. Fernanda Suzarte, Diretora do Centro de Reabilitação São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para as suas exposições. Conforme estipulado no art. 94, § 2º e § 3º, do Regimento Interno do Senado, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Parlamentares inscritos poderão interpelar os palestrantes estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de 3 minutos.



Também vamos dar espaço para as demais pessoas que vieram participar desse evento se manifestarem. Está aqui um grupo grande de pessoas que compareceram e contribuíram para a organização desse evento.

Quero registrar a presença do Deputado Benito Gama e do Deputado José Carlos Aleluia, que são dois decanos que muito contribuíram como Parlamentares e agora estão contribuindo com a sua experiência e a sua vivência para o crescimento e o fortalecimento do Congresso Nacional.

O Deputado Federal Zé Vitor, que é o Presidente da Comissão de Saúde, está chegando.

Estão presentes o Dr. Wilen Heil e Silva, do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional — COFFITO; a Dra. Camila Silva de Medeiros, Coordenadora da Rede de Cuidados à Pessoa com TEA da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; a Sra. Natalia Padovani, acompanhante, terapeuta e mãe de autista; a Sra. Daniela Freitas, coordenadora da maior comunidade sobre autismo no Brasil; e a Sra. Susana Cristina, que nos ajudou muito na elaboração desse projeto e na construção de um subtítulo no orçamento — muito obrigado.

Convido a Presidente da Comissão para se manifestar, já que a Mesa é tão feminina e tão bonita hoje. Peço uma salva de palmas à Senadora Daniella Ribeiro, que contribuiu muito para esse debate. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço ao Deputado Danilo Forte, que é o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Brasil rende homenagem a S.Exa. neste momento, principalmente os brasileiros que compreendem a necessidade de incluir no orçamento um investimento voltado para pessoas que estão no espectro autista.

Mesmo considerando que há subnotificação de casos, acompanhamos um aumento significativo do número de pessoas nessa condição de necessidade especial. Fui Deputada Estadual na Paraíba, quando tive a oportunidade de participar da Frente Parlamentar em Defesa do Autismo. Esse tema muito mexe



com o meu coração, e por isso temos compromisso com ele dentro do Congresso Nacional.

Eu agradeço a participação do Deputado Moses Rodrigues, Presidente da Comissão de Educação; da Deputada Lêda, representando a Comissão da Mulher; do Dr. Wilen Heil e Silva, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Assuntos Parlamentares, representando o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional — COFFITO; da Coordenadora Camila Silva de Medeiros, representando a Rede de Cuidados à Pessoa com TEA, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; da coordenadora da maior comunidade sobre autismo do Brasil, que é a Daniela Freitas; da acompanhante, terapeuta e mãe de autista Natalia Padovani; da Sra. Aline Couto, psicóloga e Presidente do grupo de trabalho da Linha de Cuidado da Saúde da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; de Lídia Isabel, que está representando os terapeutas ocupacionais do ADOLESCENTRO — centro de atendimento para adolescentes com transtornos mentais; da Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde e TEA, representada por Eddi Sofia Medrei; das Redes de Atenção da Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde — SAIS, representadas por Andrielle Haddad, nutricionista e Chefe de Assessoria do SAIS; do Deputado Distrital Eduardo Pedrosa, que preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Autismo; da Associação Tudo Azul Autismo; de Vera Barros, representante da Secretaria da Educação e da Subsecretaria de Educação Inclusiva; do Centro de Ensino Especial do TEA, representado pela Diretora Marli de Jesus e pela educadora de alunos com deficiências múltiplas Betânia Barreiros, representando a Secretaria de Educação; dos membros da Liga do Autismo, representada por Larissa Oliveira, que é psicóloga, Camila Câmara, que é fisioterapeuta, Anita Brito, que é neurocientista, e Amanda Cristina, que é educadora especial; de Mirela Carla, que promove o Autispod, *podcast* autista; de Kátia Quintino; de Larissa Narici; de cuidadoras e demais envolvidos que foram convidados para esta audiência pública.



Deputado Danilo Forte, há um projeto de minha autoria que...

Todos sabem a realidade da família ou do casal que tem uma criança autista. Infelizmente, muitas vezes os homens, os pais vão embora e deixam as mulheres com todo o peso. Eu chamo de peso principalmente os encargos financeiros. A mulher tem dificuldade para trabalhar, porque não conta com a tranquilidade de deixar seus filhos em locais onde possam ser cuidados.

Cumprimento o Deputado Aleluia, que se encontra presente.

Conversando muito com pessoas ligadas a associações no meu Estado, apresentamos um projeto de lei que obriga esses pais a prestar assistência financeira e psicológica, emocional. Não se pode aceitar que...

Tenho respeito a tantos homens que têm sensibilidade e que estão participando desta reunião por causa dessa sensibilidade que têm. Mas, infelizmente, no País há homens que só aceitam ficar com suas esposas se seus filhos não tiverem nenhum tipo de problema — quero utilizar a palavra correta.

Ouvir os depoimentos muito me doeu, mas essa é a realidade das mulheres. Como elas fazem para trabalhar? Como elas fazem para sustentar seus filhos? Eu sou mãe de três filhos. É como se não tivéssemos saída, é como se essas mulheres não tivessem saída. São mulheres condenadas. Dificilmente uma mãe abandona seu filho. Eu diria que é quase impossível que isso aconteça. Lamentavelmente, os pais abandonam esses filhos, e os abandonam rápido. Essa é a realidade.

Acredito que os institutos e as pessoas que trabalham integralmente com esse tema sabem bem mais do que eu. Como Parlamentares, escutamos relatos, participamos de discussões, procuramos apresentar leis e, assim como o Deputado Danilo Forte, compreendemos a necessidade de buscar recursos no orçamento para investir em todo um aparato para cuidar das crianças, dos jovens e dos adultos, porque eles ficarão adultos. Chega um momento em que essa mãe não tem mais controle, porque a assistência é simplesmente zero. Essa é a realidade do Brasil. Eu não conheço os números, mas vou ter conhecimento deles.



Eu gostaria de parabenizar de forma muito especial o Deputado Danilo Forte, que teve todo o meu apoio desde o princípio, quando levantou o tema. Como eu disse, a experiência de participar da Frente Parlamentar em Defesa do Autismo no meu Estado me deu a compreensão de que é preciso contribuir apresentando projetos para ajudar essas pessoas.

No passado, não conhecíamos esse tema. O problema existia, mas não tínhamos acesso à informação nem tínhamos conhecimento do que se tratava. A ciência não tinha nos entregue essa realidade. Hoje, estão aqui desde mães jovens até mães mais velhas que vivenciam esse tipo de situação.

Eu sou autora de um projeto de lei que trata desse tema e vou trabalhar para que Câmara e Senado aprovem esse projeto que obriga os pais a assumirem a responsabilidade com relação aos seus filhos autistas. Ele está na Comissão de Constituição e Justiça, e precisamos dar andamento à sua tramitação no Senado Federal.

Eu gostaria, por fim, de devolver a Presidência dos trabalhos ao autor do requerimento, meu querido amigo Deputado Danilo Forte.

Vou ter que sair agora, porque houve uma mudança na agenda do Senado, e a reforma tributária vai ser votada na CCJ às 16 horas. Portanto, não vou poder acompanhar esta audiência, mas faço questão de assisti-la depois, porque tenho muito interesse em participar dessa luta, ajudando e contribuindo como eu puder, tanto dentro desta Comissão quanto no meu mandato.

Parabéns a todos vocês.

Eu retorno a Presidência dos trabalhos ao querido Deputado Danilo Forte.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Gostaria de registrar a presença do nosso Vice-Presidente Deputado Luciano Amaral, do Deputado Florentino Neto, da Deputada Flávia Moraes, do Deputado Fernando Mineiro, do Deputado Dr. Zacharias Calil, que está chegando agora e que é nosso candidato ao Nobel.



O Deputado Dr. Zacharias Calil é brilhante, é um dos médicos e um dos cirurgiões mais afamados do mundo hoje. E o Brasil pode ter com ele o primeiro Prêmio Nobel, se Deus quiser e o Padre Cícero ajudar. Nós estamos na torcida.

Quero também registrar a presença do Prefeito de Iguatu Ronald Bezerra e do ex-Deputado Leo Alcântara, que estão acompanhando esta reunião conosco.

Para dar início às apresentações, eu convido a Sra. Berenice Piana para fazer a sua exposição.

A SRA. BERENICE PIANA DE PIANA - Boa tarde, senhoras e senhores.

É uma honra estar aqui representando a comunidade do autismo, suas mães, suas famílias.

Inicialmente, agradeço ao Deputado Danilo Forte, que nos brindou com esse grande presente, e à Senadora Daniella, que nos brindou com suas lindas palavras. Ela tem o espírito de mãe. Apesar de não ter um filho autista, está do nosso lado e compreende o nosso sentimento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este é o retrato do meu filho Dayan, que hoje tem 29 anos. Eu não poderia começar de outra forma que não fosse com o autista mais lindo do mundo. Eu tenho certeza de que todas as mães pensam como eu: o seu filho é sempre o mais lindo do mundo.

O Dayan teve o diagnóstico só aos 6 anos de idade, numa época em que quase ninguém falava em autismo no Brasil. Essa palavra era quase que desconhecida. Então, eu tive que peregrinar por um caminho muito árduo e bastante difícil, tive que estudar para entender que o meu filho tinha autismo. Todos os profissionais que eu consultava diziam que eu estava inventando problema para o meu filho.

Ele tem autismo nível 3, considerado severo, ou até pior que isso, porque a dificuldade que nós passamos na nossa família — eu tenho 3 filhos — foi imensa. Com 6 anos de idade, ele já tinha destruído uma casa inteira. Na minha casa não havia móveis, não havia absolutamente nada, tudo era destruído.



Para conseguir o tratamento adequado foi uma luta imensa, com o pai, o sogro, a família inteira ajudando a pagar o tratamento, porque não havia absolutamente nada na rede pública.

Coloquei esta frase de Dom e Ravel, "*Você também é responsável! Eu sinto sede de saber! Eu tenho a minha mão domável, então me ensine a escrever!*", porque eu tinha certeza, meu coração de mãe dizia, de que meu filho era capaz, de que ele poderia melhorar, de que ele poderia fazer alguma coisa que não fosse só destruir a casa. E foi por meio do tratamento adequado, de investimento maciço nisso, que meu filho melhorou muito. Hoje ele vai comigo a todos os lugares, trabalha com marcenaria, é um exemplo para quem quiser ver. Ele não toma uma gota de medicação — nenhuma! Ele fez um tratamento adequado mesmo!

Esse menino me levou a lutar por aquelas mães que não tinham aonde levar os filhos — elas começaram a aparecer. Eu comecei a entender que esta seria a minha luta. Hoje eu digo a vocês, sem sombra de errar: se mil vezes eu vivesse, mil vezes eu pediria que tivesse um filho como ele, porque meu filho me ensinou a ver os outros, aqueles que eu não via, que eu não conhecia. Então, eu comecei a prestar atenção para isso.

E foi aqui no Congresso Nacional, no Senado, que eu dei início a essa luta, em 2009.

Agora o senhor vai entender, Deputado Danilo, por que louvo tanto sua atitude. Eu estava sempre aqui, na Câmara ou no Senado, pedindo, pedindo, implorando que alguém olhasse para nossa causa, e ninguém olhava. Depois de muita luta, eu consegui um Senador que abraçasse a nossa causa e resolvesse tocar adiante o projeto de lei que eu tinha na cabeça. Por quê? Porque no Brasil inteiro não havia nada. Então eu precisava muito que alguém prestasse atenção nisso. E o meu pai, na época, me disse: "*Se é uma lei, então tem que ser uma lei federal, que seja um imenso guarda-chuva e contemple a todos eles*".

A história é longa, e não vou poder contar tudo aqui. Mas eu cheguei com o projeto de lei, e o Senador aceitou, quando em todos os outros lugares só diziam



"deixe o e-mail, o número de telefone", e viravam as costas. Agora vemos um Deputado que foi ao nosso encontro. Eu não vim aqui pedir, ele foi ao nosso encontro na Clínica-Escola do Autista, lá em Itaboraí, que é um projeto criado por mim também, que hoje, graças a Deus, está sendo multiplicado.

O que aconteceu ao longo desses anos? Eu vou passar vários eslaides rapidamente, porque não vai dar para explicar tudo.

O que é autismo? Temos aqui alguns sintomas: a criança que brinca com o brinquedo de forma incomum; que tem dificuldade de se relacionar com os pares da mesma idade; que tem hiperatividade ou muita passividade; que tem sensibilidade a alguns sons; que fala ruim ou tem ausência da fala; que tem dificuldade de lidar com alterações; que tem falta de noção do perigo real. Enfim, são muitas características que aparecem já na primeira infância do autista nível 1. É claro que o nível 2 ou 3 vai demorar muito mais para ser diagnosticado, porque são apresentados de forma mais sutil alguns sintomas.

Nós vamos entender agora o que é a estatística do autismo e como eu acompanhei tudo isso.

Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças — CDC dos Estados Unidos, era 1 em 10.000 nascimentos; 1 em 500; 1 em 250; e nós vamos chegando a 1 em 45. Ainda está faltando aqui uma estatística no meio: a de 1 em 36 nascimentos, que é hoje a realidade que nós temos. Em 2025, pasmem, será de 1 a cada 2 nascimentos. Esse dado me chocou, na época em que fiquei sabendo dele, mas hoje isso não é surpresa alguma; não tenho dúvida de que nós vamos chegar a esse número.

Lá atrás, em 2009, na minha primeira fala no Senado Federal, eu disse que, em breve, teríamos uma geração inteira de autistas nascendo. Todo mundo me chamou de maluca, mas agora todo mundo está chegando à mesma conclusão a que eu cheguei. Esse número jamais estacionou. Esse número jamais retroagiu. Ele só avançou. E a Clínica-Escola do Autista acabou se tornando um termômetro



para tudo isso. Nós estamos recebendo milhares de crianças abaixo de 5 anos. Raramente aparece um adulto.

O que conquistamos e o que nos falta conquistar?

Esta imagem é a da primeira audiência pública, como eu falei.

Isto é um pouco da minha luta, para vocês entenderem. Foram muitas e muitas idas e vindas a Brasília e a vários outros lugares.

A situação no Brasil. Dessa luta toda, em 2012, surgiu a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Depois de muito esforço, a lei foi sancionada, em 2012, no dia 27 de dezembro, faltando 15 minutos para a meia-noite. Sei disso porque, até aquele momento, eu acompanhei.

Acho que, em primeiro lugar, a grande conquista foi: *"Reconhece-se a pessoa com autismo como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais"*.

E o que há também no meio dos ganhos da lei? Separei algumas manchetes: *Entenda como era o cotidiano da mulher autista mantida em cárcere privado*, jornal *Estado de Minas*; *Menino autista resgatado pela polícia vivia isolado, sem água e em (...)*; *Escola pública em Brasília mantém aluno autista em 'cárcere privado'*; *Criança autista é mantida em cárcere privado por mãe e avó*.

Um ganho foi o direito ao diagnóstico precoce, ainda que não conclusivo.

Trouxe outras manchetes: *Polícia liberta criança autista que era mantida em cárcere privado (...)*; *Criança autista de 8 anos que era mantida em canil é resgatada pela polícia*.

Vão olhando o que nós conquistamos e o que nós estamos vendo ainda nos dias de hoje: direito ao tratamento multidisciplinar; direito à moradia assistida, em caso de perda de referência familiar — isso não existe ainda no Brasil.

Olhem: *Mulher autista é mantida presa pelo pai e se alimenta de terra e fezes*, jornal *Metrópoles*; *Idoso é suspeito de manter filha autista em cárcere privado no bairro de Goiânia*; *Adolescente é mantida em cárcere privado por dois anos em Guaçuí*.



Destaco também: direito à vida digna, à integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, à segurança e ao lazer.

Há o direito à matrícula na rede regular de ensino. O gestor escolar que recusar a matrícula ao aluno autista estará sujeito à multa de 3 salários a 20 salários mínimos e perda do cargo, no caso de reincidência. Contudo, ainda é negada a matrícula, o que acontece muito.

Há também o direito à proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, o direito a acompanhante especializado em salas de aula, no caso de comprovada a necessidade, o direito a medicamentos e o direito ao tratamento nutricional.

Deputado, preste atenção! Eu lembro perfeitamente o que o senhor me disse sobre o que o levou a se mobilizar: o senhor viu um autista fechado em uma jaula. Eu vi muitos em lugares piores que esse. Estou preservando a identidade de todos eles, não vou dizer nem onde isso se sucedeu, mas aí havia 30 pessoas com autismo sentadas em cima de fezes. Alguns estavam mutilados; todos, enjaulados. Os tipos de medicamento que havia lá eram todos vencidos. As pessoas que mantinham essa gente assim receberam voz de prisão na hora, mas, no ano seguinte, estavam soltas e abriram outro lugar desses.

Esse tipo de coisa choca os senhores? Imagine a mim, que sou mãe de um deles! Nenhuma mãe que eu conheça pode dormir um sono tranquilo, tendo a certeza de que um dia nosso filho não vai parar num lugar como esse. Mas ninguém nos garante que um dia nosso filho não vá parar num lugar como esse. É por isso que essa luta nunca pode parar. É por isso que eu não vou me cansar até o último dia da minha vida.

Peço que todos olhem de forma humanizada. Não tenham dúvida de que há muitos pardieiros como esse pelo Brasil afora, até que eu os encontre. Aí eu vou lá com a Polícia Federal. Não é possível que ainda tenhamos que ouvir várias notícias de mães se suicidando, de crianças em cárcere privado, fechadas em gaiolas, fechadas em canis. É assim que eles são tratados hoje, ainda. De todas



as formas, seus direitos são violados. Nós não podemos dormir com um barulho desses. Hoje é o meu filho que é autista, amanhã pode ser um neto, sobrinho ou filho de qualquer um de vocês. Então, não adianta só se importar quando o problema é consigo. Nós temos que nos importar sempre, porque são nossos irmãos.

Hoje, Deputado, eu louvo muito mais o seu ato, porque o senhor viu um enjaulado e tomou uma atitude como essa, sem ser pai. Eu estou sofrendo na pele todos os dias, mas agradeço a Deus a causa que ele colocou na minha frente e a minha saúde, para que eu nunca me canse.

A LDO pode nos ajudar a escrever uma nova história, e essa história já começou. Por isso, nós temos que prestar atenção. Existe um projeto, existe verba para isso, só não faz quem não quiser. Todas as Prefeituras agora o podem fazer. O senhor conhece o meu projeto, e não estou dizendo que é o único que é bom, não. Qualquer outro que venha a beneficiar, que seja bem-vindo! Mas é óbvio que essas crianças precisam de tratamento urgente. Essa mãe que, como muito bem disse a nossa Senadora, é abandonada pelo marido, a grande maioria — 90% dos pais vão embora —, ela abraça tudo sozinha. E ela não larga, ela não desiste desse filho.

O que tem acontecido é a morte social dessa família. Quando ela não tem acesso a nenhum tratamento, a nenhum lugar para esse filho ser tratado, ela se fecha em casa com ele. Essa mãe tem que proteger o filho, porque ele se expõe a perigos constantes. Então, se essa mãe tem a morte social, com certeza isso vai ser um ônus para a sociedade mais tarde. A morte social é o pior tipo de morte que existe. A pessoa está viva, mas não vive. Hoje nós temos que proporcionar a eles o direito de tratamento adequado para que possam sair à rua e ir a todos os lugares em que queiram estar.

Esta é a Clínica-Escola do Autista, a primeira do Brasil, e graças a Deus está se multiplicando. Estamos inaugurando várias outras.



Quero deixar a frase: "*A única luta que se perde é a aquela que se abandona!*" Nós não temos nenhuma intenção de desistir.

"Nunca, nunca, nunca desista!" Não se desiste de um filho, jamais.

Tudo o que eu faço é dedicado ao Seu Saraiva Piana, meu pai, que me ensinou espírito público.

Muito obrigada, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Gostaria muito de agradecer à Dra. Berenice o depoimento e as palavras.

Dando segmento a nossas oitavas, passarei a palavra à Prefeita de Irauçuba, Patrícia Maria Santos Barreto.

Foi exatamente em Irauçuba onde eu vi o primeiro núcleo funcionando, e isso me causou uma admiração muito grande, porque se trata de um Município que é o terceiro em desertificação do Brasil, no meio do Semiárido cearense, com uma população em torno de 28 mil habitantes, e que tem tido uma política pública extraordinária, tanto no que diz respeito à valorização dos seus concidadãos como em relação às pessoas. É um Município pobre de recursos, mas muito rico na excelência da governabilidade, iniciada por um filho de agricultor, que está aqui conosco, o Nonatinho, que foi Prefeito e fez essa transformação em Irauçuba.

Parabéns, Irauçuba!

Esperem um minuto, porque a Presidenta, a Senadora Daniella Ribeiro, quer fazer um depoimento.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (PSD - PB) - Parabenizo a Berenice pelo seu depoimento, que na verdade é um testemunho muito forte que contribui não sensivelmente apenas, mas também de forma muito contundente, para que nós todos possamos nos unir em torno desse processo.

Eu queria dar uma sugestão aos colegas. O meu primeiro contato com o autismo foi bem antes de eu ser Senadora — fui Vereadora antes —, foi com a leitura de um livro chamado *Um mundo à parte* — não sei se alguém aqui teve a oportunidade de ler, mas recomendo —, cuja autora é Jodi Picoult. Ela inicia



falando do asperger, que se manifesta de forma mais leve e com característica de genialidade. Ali foi o meu primeiro contato, meu primeiro toque, o despertar, para que eu pudesse, depois, quando cheguei à Assembleia, participar e me engajar no movimento todo.

Estou dando apenas uma sugestão, porque essa leitura foi meu primeiro contato. Quem nunca teve contato, vale a pena começar com esse livro. Hoje estamos em outro patamar, obviamente — isso foi lá atrás. Há muito mais literatura falando a respeito do tema, mas é uma ficção sobre uma realidade que é a Síndrome de Asperger, um tipo de autismo mais brando e que tem essa característica de genialidade.

Obrigada.

Era só esta contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidenta Daniella.

Concedo a palavra à Prefeita Patrícia Maria Santos Barreto.

A SRA. PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO - Boa tarde a todos.

Boa tarde a toda a Mesa.

Cumprimento, de forma muito especial, a nossa Presidente Daniella Ribeiro.

De uma maneira grata, cumprimento o nosso querido Deputado Federal Danilo Forte, a quem eu inicio minha fala parabenizando e agradecendo, como mãe que sou, como membro da sociedade, como defensora daqueles que mais precisam.

Deputado Danilo Forte, V.Exa. escreve o seu nome na história do nosso País ao defender, de forma muito especial, essa parcela da sociedade. Como, de maneira muito bela, eu diria tocante, foi aqui apresentado pela Dra. Berenice, é uma causa que merece de todos nós, pais, mães, membros da sociedade, o nosso abraço — deve ser uma causa de todos.

Eu fico muito feliz por poder apresentar a experiência do nosso Município de Irauçuba, no interior do Estado do Ceará, de 24 mil habitantes, que iniciou em



2019 um atendimento especializado, implantando um centro neuropsicomotor para atendimento a crianças da nossa cidade portadoras de diversas deficiências, dentre essas o autismo, sendo o principal foco de atendimento.

Nós fizemos isso com recursos próprios do nosso Município. A partir do ano que vem, nós poderemos contar com emendas, com recursos destinados, inclusive para a implantação de um centro específico para atender a essas crianças. Nós, que começamos pequenos e fizemos muito com muito pouco, poderemos ter a oportunidade de fazer muito mais e em diversos Municípios. Como disse a Dra. Berenice, a partir de agora só não vai fazer quem não quer, porque o Deputado Danilo Forte abriu a porta e iniciou uma nova história no nosso País.

Deputado, eu o parabenizo e lhe agradeço muito.

Vamos passar à apresentação sobre o nosso Centro de Atendimento Infantil Neuropsicomotor, no Município de Irauçuba.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO - Essa é nossa Irauçuba. Foi lá que o Deputado Danilo Forte conheceu o nosso centro e iniciou sua caminhada em defesa dessa causa muito nobre.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Centro de Atendimento Infantil Neuropsicomotor Dra. Fátima Lotif é um equipamento municipal de saúde que assiste a crianças de 0 a 11 anos, advindas de todas as regiões de Irauçuba, com déficit neurológico, psicológico e motor.

A finalidade do nosso centro é desenvolver habilidades neuropsicomotoras nas crianças atendidas e oferecer suporte à família, visando a uma melhor qualidade de vida.

Atualmente, o nosso centro atende a 139 crianças com laudo e a 128 com laudo ainda não conclusivo, totalizando 267 crianças atendidas.

As deficiências predominantes nas crianças atendidas pelo centro são: transtorno do espectro autista, 72 com laudo, 99 com diagnóstico ainda não



concluso, totalizando 171 casos. Se olharmos para um total de 267 casos, temos 171 com transtorno do espectro autista. Com TEA mais TDAH, temos 13 casos; Síndrome de Down, 6; TDAH somente, 8; microcefalia, 4; hidrocefalia, 1. Essa é a amostra do nosso Município sobre as crianças atendidas hoje.

Quanto ao tempo de funcionamento do nosso centro, ele foi inaugurado em 2019, na gestão do ex-Prefeito Nonatinho. No ano de 2023, esse espaço completou 4 anos de funcionamento. Há 7 meses o equipamento recebeu uma nova sede, com novo espaço de atendimento, ampliando consultório médico, salas multifuncionais, salas de fisioterapia, espaço para atividades físicas, tornando o nosso ambiente lúdico e acolhedor, para que o atendimento às nossas crianças pudesse ser melhor e mais amplo.

Atualmente, dispomos de nove especialidades médicas; são elas: educador físico, psicólogo, psicopedagogo, nutricionista, assistente social, fisioterapeuta, neuropediatra, pediatra e fonoaudiólogo.

Nós temos atualmente 36 crianças, dentre as que deram entrada no nosso centro, já com o laudo emitido a partir desse atendimento e que conseguiram o atendimento de apoio social e o benefício do BPC.

Quanto à ação estratégica, garantimos o acesso gratuito ao transporte. Nós implantamos uma lei em nosso Município que garante transporte gratuito às crianças que moram no interior, na zona rural, para que possam se deslocar para a sede do Município, para o atendimento, de forma totalmente gratuita. Refiro-me à Lei nº 1.813, de 2022.

Este é o número de crianças atendidas no centro neuropsicomotor que estão inseridas na rede municipal de Irauçuba. Entre as crianças atendidas na educação infantil de 2 anos a 6 anos, temos 148 crianças; no ensino fundamental I, 87 crianças; totalizando 235 crianças. Esses são alunos da rede municipal de ensino também atendidos pelo nosso centro, estando, portanto, inseridos no sistema e tendo garantida toda a sua socialização.



O desempenho escolar das crianças atendidas pelo nosso centro é o seguinte: dentre as 148 crianças de 2 anos a 6 anos, 49 delas apresentaram resultados satisfatórios em relação ao desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita. O número é equivalente a 33% nessa faixa etária.

Das 87 crianças de 7 anos a 11 anos, 53 delas apresentaram resultados satisfatórios em relação à oralidade, leitura e escrita e as quatro operações matemáticas, ou seja, 60% das nossas crianças nessa faixa etária apresentaram desempenho satisfatório.

Quais são os custos para manter esse centro? As contas fixas do nosso centro são: aluguel do prédio, 600 reais; conta de energia, em média 301 reais; conta de água, em média 152 reais; Internet, 139 reais; totalizando uma despesa fixa de 1.193 reais.

Os custos variados com material de expediente, limpeza ou EPIs giram em torno de 3.000 reais.

Quanto aos custos de recursos humanos para o funcionamento do centro, temos os seguintes valores: coordenador, 1.800 reais; educador físico, 3.030 reais; psicólogo, 3.143 reais; psicopedagogo, 1.320 reais; nutricionista, 3.000 reais; assistente social, 2.500 reais. Temos também fisioterapeuta, pediatra, neuropediatra e outros, totalizando um investimento por mês com recursos humanos de 47.443 reais.

Quando somamos tudo, o nosso custo mensal gira em torno de 50.000 reais, e o nosso custo anual é de 605.000 reais para o funcionamento desse centro, que hoje atende quase 300 crianças, apresentando como resultado desse trabalho elevado nível de satisfação nas duas habilidades, especialmente português e matemática, ambas testadas na respectiva faixa etária.

Portanto, o nosso centro é referência em nossa região como desenvolvimento social e humano. As nossas famílias também são atendidas pelo centro.



E eu gostaria de apresentar a vocês depoimentos. Melhor do que eu, as mães que são atendidas pelo centro podem falar. Por favor, peço que exibam o vídeo.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO - Esta é uma amostra do que nós temos feito no Município de Irauçuba, em atendimento às nossas crianças com deficiência e com necessidades especiais. A maioria delas, como aqui já foi dito, tem autismo.

A partir da luta travada, do desbravamento encabeçado pelo Deputado Federal Danilo Forte, da iniciativa de mulheres guerreiras, que são exemplo para a sociedade, que lutam há muito tempo por esta causa, a partir da nossa amostra, espero que outros Municípios sejam iluminados para levarem o atendimento necessário às crianças. Atendê-las é atender também as famílias. Atender essas famílias é atender uma parcela cada vez mais significativa da sociedade, como aqui já foi demonstrado.

A partir do atendimento feito agora no Centro Neuropsicomotor de Irauçuba — eu acredito nisso —, essas crianças poderão futuramente ajudar a construir uma sociedade melhor e mais justa. Sendo bem atendidas hoje, elas serão grandes cidadãs, para colaborar com o bem da sociedade no futuro.

Boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Muito bem! Obrigado, Prefeita Patrícia.

Quero agradecer aqui a presença à Deputada Rosângela Moro, ao Deputado Pedro Uczai, ao Deputado Domingos Sávio, ao Deputado Jonas Donizette, à Deputada Sílvia Cristina, à Deputada Lêda Borges.

Pela rotina, pela norma das audiências públicas, nós vamos concluir as apresentações e, posteriormente, vamos abrir para os depoimentos, para as perguntas e para os questionamentos que advirão.

Então, passo a palavra agora à Dra. Fernanda Suzarte.



A SRA. FERNANDA SUZARTE - Boa tarde a todos.

Eu sou Fernanda Suzarte, fisioterapeuta de formação e mãe de um casal.

O meu filho Yuri é a minha inspiração, além de todo o histórico da Berenice, que nos inspira e norteia cada passo que damos dentro desse movimento.

Eu lhe agradeço, Deputado, muitíssimo por esse movimento que o senhor está encabeçando, está capitaneando, porque move cada mãe que, dentro do seu universo, do seu secreto, guarda as suas angústias. Então, muito obrigada por acolher, por abraçar e, na verdade, por realizar esse sonho.

Toda a batalha de Berenice começou em 2009. Aí houve uma ajuda. O projeto caminhou, nasceu a lei. E agora o senhor consegue realizar o sonho não só da Berenice, mas de todas as mães que unem as suas forças e unem a sua voz, demonstrando a necessidade de um grupo que é muito especial. E eu me incluo nele. O meu filho hoje está sendo avaliado. Esse movimento de mãe é aquele que toca a todos.

Eu não trouxe apresentação. Como profissional de saúde, dentro do meu universo, que é o Município de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, eu estou Diretora do Centro Municipal de Reabilitação, que antes era um centro de fisioterapia, quando pouco tínhamos o olhar para o autista. Na realidade, isso acontece muito em vários Municípios que têm uma população pequena.

Dentro da rede da pessoa com deficiência, que é uma das redes da saúde, eu represento a Baixada Litorânea. Portanto, eu sou a voz, dentro dessa rede, de 900 mil pessoas, o que é um impacto grande. Levamos para o Estado e trazemos para o Ministério todas essas demandas da rede da pessoa com deficiência, tocando o transtorno do espectro autista.

Dentro dessa realidade, falando de equipamento, o Centro Especializado de Reabilitação hoje conta com um grupo de acolhimento pediátrico. O nosso universo de pessoas com deficiência hoje no Município ultrapassa 630 pessoas. Isso ocorre dentro de São Pedro da Aldeia, que tem uma população de 110 mil pessoas.



Muitas pessoas migram para a nossa região, que fica na Baixada Litorânea. Todos devem conhecer Arraial do Cabo, Búzios, São Pedro da Aldeia. Então, temos voz e temos vez hoje porque conseguimos conversar tanto com a rede da pessoa com deficiência quanto com a rede de apoio psicossocial.

Temos a saúde mental olhando a questão de forma diferenciada, o que não era um movimento anterior, entendendo a completude, a pluralidade e a transversalidade do tema. Na verdade, qualquer pessoa dentro do espectro autista é uma cidadã, exatamente como a Prefeita falou, e compõe cada esfera da sociedade. Não importa se hoje é uma criança. Não temos só autistas crianças. Temos vários autistas adultos.

Então, já temos essa composição na nossa sociedade. São pessoas de extrema relevância e que só conseguem o diagnóstico tardiamente. Penso que hoje temos os equipamentos da saúde mental. Dentro da rede da pessoa com deficiência, há um centro de reabilitação. E vai fazer total diferença o núcleo do autista chegar com essa força e com essa voz, com o Deputado capitaneando e com todos entendendo a necessidade desse equipamento.

Temos que entender principalmente que ele não precisa ser permanente. Pode ser um momento de transição. Todos pensamos na inclusão, e, quando o fazemos, nós entendemos que aqueles recursos são transitórios. Ele precisará de todas as ferramentas em níveis diferentes, em momentos diferentes da vida.

Como a Berenice bem ressaltou, o filho dela já recebeu muitas ferramentas, ele já teve muito suporte, principalmente aquele dado em casa.

Portanto, precisamos entender esse apoio familiar, precisamos capacitar aqueles que cuidam, e precisamos cuidar também daqueles que cuidam.

É isso. Fica a minha voz no sentido de fortalecer essa questão do núcleo do autista, mas com um olhar técnico de disponibilizar realmente as ferramentas necessárias, dar voz às pessoas dentro do espectro do autismo e entender que se trata de um equipamento de extrema relevância, transitório ou não, mas com um



olhar de preparar para a inclusão real, sem ser aquela inclusão que muitas vezes percebemos que, na verdade, está excluindo.

Fica também o meu agradecimento ao Deputado, à Berenice também, por toda a sua luta, à Prefeita — que exemplo! Muito obrigada mesmo. O meu Prefeito também nos dá total apoio. Fábio do Pastel, Prefeito de São Pedro da Aldeia, e todos os Secretários, o de Esporte, o de Cultura, a de Assistência Social, a de Educação, por meio de muita conversa — muita conversa! — entendem a importância disso. Quando olhamos para a educação, temos que olhar para os cuidadores e os mediadores. Não podemos mais fingir que isso não está acontecendo.

Então, o núcleo do autista tem que nascer como o Deputado está fazendo, com força, com a complementação de cada um que está aqui.

Deputado, muito obrigada, de verdade. Agradeço como mãe, como fisioterapeuta, como ativista da causa, e, querendo ou não, a Berenice inspira, é um norte para nós.

Eu fico à disposição, caso alguém tenha alguma dúvida sobre o centro de reabilitação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Fernanda Suzarte.

Vou passar a palavra para a última palestrante. E vou abrir as inscrições. Já há três Deputados inscritos aqui: a Deputada Flávia Moraes, o Deputado Domingos Sávio e a Deputada Sílvia Cristina. Posteriormente, os demais participantes da audiência poderão falar, tanto os que estiverem presencialmente como os que estiverem acompanhando esta sessão de forma remota, virtualmente.

Com a palavra a Dra. Josiane Pereira Torres.

A SRA. JOSIANE PEREIRA TORRES - Boa tarde.



Gostaria de fazer minha descrição para aqueles que não podem me ver. Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanho-claros e longos. Sou jovem, uso óculos de armação escura e estou usando um *blazer* vermelho.

Na pessoa do Sr. Deputado Danilo Forte, eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes. E gostaria de dizer que é uma honra participar deste momento. Agradeço a oportunidade de participar desta audiência pública, representando a Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação.

Para iniciar a minha intervenção, é crucial registrar a Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, a Lei nº 12.764, de 2012, a Lei nº 13.146, de 2015, como documentos basilares para esta discussão, que nos ajudam a reforçar a questão do direito à escolarização em escolas regulares como algo indiscutível, que está firmemente garantido por diversas normativas nacionais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A fim de garantir isso, é imperativo estabelecer um sistema educacional inclusivo, para que os estudantes da educação especial, inclusive os estudantes com autismo, tenham acesso a todos os níveis e etapas da educação, sem qualquer forma de discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

De certa forma, o acesso dos estudantes com deficiência, estudantes da educação especial, às escolas regulares tem sido consistentemente assegurado. Esse fato pode ser verificado por meio dos dados de matrícula na educação especial, que mostram um aumento anual contínuo. Para ilustrar, no caso dos estudantes com autismo, aproximadamente 29% das matrículas na educação especial foram para os estudantes com transtorno do espectro autista, segundo os dados disponibilizados pelo INEP, para as classes comuns. Nos últimos 5 anos, acompanhamos um aumento aproximado de 3,8 vezes no número de matrículas



desses estudantes nas classes comuns. No entanto, esses dados apenas revelam a garantia do acesso.

Um dos desafios que enfrentamos e que tem sido um compromisso do Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é, além de ampliar esse acesso que já tem ocorrido nas escolas regulares, sobretudo promover ações para garantia da participação, permanente e aprendizado dos estudantes públicos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Isso inclui os estudantes com autismo, que é o foco da discussão desta tarde.

A participação, a permanência e o aprendizado dos estudantes com autismo na classe comum da escola regular têm-se apresentado como um grande desafio na atualidade devido a vários fatores. Um deles, que eu gostaria de chamar a atenção, é a questão da formação de professores, seja os professores regentes, os professores que atuam no atendimento educacional especializado, os professores de apoio, entre tantos outros atores responsáveis que atuam nesse processo de escolarização desses estudantes.

Esse sentimento que os professores têm diante de um estudante, no caso, um estudante com autismo, que é um sentimento de despreparo frente a uma formação praticamente insuficiente, é muito legítimo. Nós percebemos que, considerando as oportunidades que esse professor tem de formação, durante a formação ainda inicial, as discussões ainda são limitadas ou praticamente inexistentes. Quando elas existem, geralmente se resumem a uma ou duas disciplinas que abordam a temática da inclusão escolar ou da educação especial, muitas vezes oferecidas à distância ou com uma carga horária insuficiente para abranger toda a complexidade no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Dessa forma, a cada ano, professores e professoras entram no mercado de trabalho sem terem recebido uma formação mínima sobre os desafios e os caminhos relacionados à inclusão escolar nas escolas regulares. Sem falar dos



desafios que esses profissionais enfrentam no que diz respeito às condições de carreira docente, que envolve os desafios de lecionar em salas de aula lotadas, sem acesso a professores especialistas com formação em educação especial na perspectiva inclusiva, baixa remuneração, entre vários outros desafios que, infelizmente, ainda é uma realidade no nosso cenário.

Nesse contexto, eu gostaria de reforçar o compromisso que o Ministério da Educação tem com a ampliação e fortalecimento da formação de professores na perspectiva inclusiva, pois entendemos que são esses profissionais que estão na ponta, enfrentando os desafios e buscando brilhantemente possibilidades para garantir a permanência e o aprendizado desses estudantes.

O Atendimento Educacional Especializado — AEE hoje é um serviço previsto na nossa política para apoiar os estudantes públicos da educação especial na escola regular. Os estudantes com autismo, por fazerem parte desse público, nos termos da nossa lei, têm também direito ao serviço do AEE. Nós da Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva temos nos debruçado em fortalecer a oferta desse serviço nas escolas do País, contemplando todas as regiões, por meio da distribuição de recursos e por meio do Programa Sala de Recursos, o PDDE.

Nós entendemos que o atendimento educacional especializado, enquanto direito, pode sim ser ampliado para atender toda a diversidade que há entre os estudantes desse público. Mesmo que eu tenha na minha sala de aula, enquanto professora, dois estudantes identificados com autismo, as necessidades e os apoios educacionais que eles vão demandar são completamente diferentes, porque nós estamos falando de pessoas, visto que uma categoria não define as ações pedagógicas que o professor utilizará durante a escolarização desse estudante. Então, dessa forma, para uma diversidade de estudantes, uma diversidade de estratégias e serviços também são importantes.

Nesse sentido, reforçamos a importância do fortalecimento de práticas pautadas nos princípios dos direitos humanos e do desenho universal para



aprendizagem, para atender toda a diversidade que há na escola regular. Nesse sentido, a respeito da educação especial na perspectiva inclusiva, nenhuma possibilidade de apoio educacional pode ser descartada. Aqui eu quero fazer um parêntese para reforçar que defendemos, sim, a classe comum da escola regular como *locus* prioritário de escolarização para todos os estudantes, inclusive os estudantes com autismo. A matrícula nesse espaço não pode ser, de forma alguma, questionada. Qualquer outro serviço deve ser considerado como complementar ou suplementar ao currículo da escola regular.

Dito isso, eu gostaria de reforçar que são bem-vindas todas as iniciativas que fortalecem o direito à escolarização de todos os estudantes na escola regular. É importante fortalecer e ampliar uma rede de apoio intersetorial para cuidado e atenção ao direito das pessoas do público da educação especial na rede pública de ensino. Precisamos refletir sobre diversos apoios educacionais multidisciplinares, como foi muito bem dito já aqui, que muitos estudantes com autismo demandam para o desenvolvimento de habilidades e que refletem diretamente na escola regular e no seu desempenho educacional.

No entanto, muitos desses serviços são custosos e inacessíveis para famílias de baixa renda, que vivem em vulnerabilidade social. Desse modo, o fortalecimento de redes de apoio intersetorial para o cuidado e atenção ao direito das pessoas do público de educação especial, na perspectiva inclusiva e na rede pública, pode garantir que famílias como essas tenham acesso também a esse tipo de serviço e atendimento. Assim, pode ser um caminho para equiparar as oportunidades para todos os estudantes com autismo, independente de suas condições sociais.

Nessa direção, quanto à estruturação desses espaços, é importante promover a parceria com a educação, segundo os princípios da educação inclusiva, por meio do diálogo com as escolas regulares, frequentadas por esses estudantes com autismo. Nesse aspecto, colocamo-nos abertos ao diálogo para contribuir com essa articulação. A longo prazo, essas redes de apoio para cuidado



e atenção ao direito das pessoas que são público da educação especial e os estudantes com autismo poderão ampliar as oportunidades de conclusão da educação básica para esses estudantes e posterior ingresso no ensino superior ou mercado de trabalho.

As pesquisas científicas têm evidenciado que muitos desafios que são enfrentados por esses estudantes na educação básica também têm se repetido na educação superior. E esses desafios têm comprometido o acesso a um diploma de nível superior por esses estudantes. Nos últimos anos, por exemplo, segundo os dados de matrícula da educação superior, nós notamos que as matrículas dos grupos de estudantes da categoria transtornos globais do desenvolvimento, entre os quais estão os estudantes com autismo, está sim aumentando, no entanto, o percentual é relativamente baixo. Em 2022, por exemplo, considerando o total de matrículas dos estudantes da educação especial no ensino superior, cerca de 7% era do grupo de estudantes que contemplam o autismo. Ou seja, esses estudantes ainda precisam ter oportunidades ampliadas para acesso a esse nível de ensino.

Desse modo, todas as iniciativas realizadas segundo os princípios da educação inclusiva para fortalecimento do desenvolvimento desses estudantes no período da educação básica poderão ser consideradas como medidas para somar esforços para proteção e inclusão em favor dos estudantes com autismo, e assim podemos vislumbrar o que preconiza a nossa Constituição como fins da educação, que é o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que o Ministério da Educação está atento às demandas de escolarização dos estudantes com autismo, além de todos os estudantes que são público da educação especial. Estamos trabalhando de modo a fortalecer a escola comum, o direito dos estudantes, as políticas públicas de cuidado, a atenção a esses estudantes e as suas famílias. Temos um compromisso em ampliar as possibilidades de acesso, participação, permanência



e aprendizado desses estudantes nas classes comuns das escolas regulares, de modo que nenhum deles fique para trás.

Eu agradeço a oportunidade de diálogo. Permanecemos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Josiane.

Obrigado a todos que aqui se apresentaram.

Agora nós vamos para a segunda fase da nossa audiência pública.

Eu quero aqui deixar claro que nós já existimos. Inclusive, eu pedi para colocar na nossa tela que nós já temos o subtítulo da emenda. Qualquer Parlamentar aqui, Deputado, Deputada, Senador ou Senadora, tem a obrigação que colocar 50% das emendas de bancadas na saúde. Assim, nós podemos tanto constituir os núcleos quanto garantir o custeio para esses núcleos, a partir desse subtítulo, que é o Subtítulo nº 6506, que trata da estruturação das unidades e atenção especial em saúde, especificamente no que diz respeito ao núcleo com atenção ao transtorno do espectro autista. Nós já nascemos aqui com uma força importante, pois a rubrica já está na LOA deste ano, com 156 milhões de reais.

Eu espero que cada um de nós, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, possamos assumir o compromisso de construir pelo menos um núcleo. Nós já vamos começar com 600 núcleos pelo Brasil afora. Nós não temos nenhum nessa estrutura e nessa dimensão que foi dada. Além disso, há todo um mercado de trabalho que está sendo gerado e estruturado em função dessa atividade.

Foi aí que eu descobri, no debate, Dra. Berenice, que hoje, no Brasil, falta terapeuta ocupacional. Hoje as universidades precisam retomar o seu curso de formação nessa especialização, que é muito importante para todos nós.

Então, vamos dar sequência. Primeiro falarão os Deputados e depois nós vamos abrir para as pessoas que se inscreveram e que vieram participar conosco desta audiência pública.



A primeira inscrita é a Deputada Flávia Morais, mas ela não está presente. O segundo inscrito é nosso querido amigo Deputado Domingos Sávio, que muito bem representa o povo mineiro nesta Casa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Obrigado, prezado amigo Deputado Danilo Forte, que, para nossa felicidade, é Relator da LDO e toma essa iniciativa brilhante.

Quero cumprimentar todas as nossas convidadas, a Dra. Berenice, a Dra. Fernanda, a Prefeita Patrícia e também a Josiane, que aqui representa o Ministério da Educação.

Deputado Danilo, fiquei extremamente feliz com essa sua iniciativa. Claro que ficamos comovidos, mas também motivados com esses depoimentos que nos trazem uma realidade do Brasil inteiro, que nos emociona e, muitas das vezes, até nos deixa indignados ao ver tamanho descaso humano, tamanha desumanidade, tais como alguns exemplos que a Dra. Berenice nos mostrou.

No entanto, ficamos motivados ao ver que o Estado está acordando, está abrindo ouvidos, olhos e coração para que possamos dar tratamento digno e de respeito às crianças e também para tantos adultos, alguns que não tiveram a oportunidade de receber acolhimento adequado e, por isso, sofreram e sofrem com o transtorno do espectro autista.

E, muitas das vezes, se tivessem recebido o cuidado adequado, eles estariam hoje sendo verdadeiras luzes do pensamento, da atitude, da orientação. E seriam eles líderes, figuras especiais, no sentido de dar novo rumo à nossa humanidade, tão carente de amor e de respeito.

Devo dizer que acabei tendo essa felicidade — embora, em um primeiro momento, tenha nos causado certo susto e, por que não dizer, até uma preocupação muito assemelhada com o medo, o temor de que ele viesse a ter um sofrimento maior —, quando identificamos que meu netinho tinha transtorno do espectro autista. Embora em condição um pouco mais leve, percebíamos claramente que ele se comportava de forma diferente, e aquela diferença já



começava por não ser percebida pelos coleguinhas, pelos meus outros netos, alguns mais velhos e outros mais novos. Eu já tenho seis netos. E aquele comportamento deixava muito claro que teríamos, se não fosse ele cuidado adequadamente, grandes problemas e, talvez, muito sofrimento. E o que estamos tendo hoje é uma grande alegria, um ambiente repleto de luz, eu diria, porque o cuidado veio a tempo, logo nos primeiros anos de vida.

E eu até quero fazer um registro: esse meu neto mora aqui em Brasília — veio ainda muito pequenino para cá — e contou com um serviço que merece o nosso aplauso, um serviço chamado Programa Precoce. O meu netinho teve a oportunidade de frequentar esse programa em escola pública de Brasília. Hoje, ele frequenta uma escola privada, também muito qualificada, a escola Maria Montessori, que tem também todo um cuidado com esse processo de integração, de fazer com que possamos ter a oportunidade dessa convivência de maneira integrada. Esse é o caminho.

Sempre ficávamos com aquela dor no coração: o Pedro mora na Capital da República, teve a felicidade de ser atendido em escola pública e recebeu acompanhamento psicológico — obviamente, contratado; agora ele está em escola privada —, mas e as milhões de crianças com esse transtorno?

Estou sendo parceiro há algum tempo de uma entidade chamada Céu Azul, em Divinópolis, cidade de onde fui Prefeito. Quando fui Prefeito, criei lá o Centro de Referência de Saúde Mental. Aquela cidade já tinha quase 200 mil habitantes — 180 mil habitantes — e lá nada havia para a saúde mental. A verdade é que não tinha nada.

Quando criamos o Centro de Referência de Saúde Mental em Divinópolis, 100% municipal e atendendo a região, eu não ouvia falar de autismo. E vejam que sou um profissional ligado à saúde, sou médico veterinário, e também convivo com profissionais de saúde, inclusive minha esposa é enfermeira. O autismo era considerado raro. Quando vemos os números que a Dra. Berenice nos apresenta — e eu já vinha percebendo isso, embora não com essa dimensão —,



constatamos que essa iniciativa do Deputado Danilo Forte de colocar esses recursos de maneira clara na LDO é fundamental.

E vou deixar claro aqui que vou apresentar emenda nesse sentido, porque, em Divinópolis, o Céu Azul funciona em espaço cedido, emprestado, precário. Vamos construir lá uma unidade e, obviamente, tentar construir esses centros em outras cidades. (*Palmas.*)

Esses aplausos são uma generosidade de vocês, mas não fazemos mais do que nossa obrigação. A primeira obrigação que eu vou assumir com V.Exa., Deputado Danilo, e com os demais colegas, é tentar sensibilizar outros colegas Deputados. A maioria deles não está sabendo disso — ouviu, Berenice? A maioria não tem noção e nem sequer conhece a dimensão do que está acontecendo. Então, temos que sensibilizá-los.

Esta audiência já é um passo nesse sentido. Conte comigo, Deputado Danilo. Vamos intensificar esse trabalho porque essas crianças lindas, maravilhosas, merecem todo o carinho, todo o cuidado. Obviamente, precisamos de dinheiro público para dar-lhes essa condição.

Eu vi aqui que quase 90% dos custos, quase 40 mil dos 50 mil de custo mensal, é com profissionais da saúde — a saúde é o maior custo. Porém, a educação também tem esse custo. Então, para as áreas de saúde e educação, vamos precisar estruturar. Para a saúde, não tenho dúvida de que a emenda de V.Exa. atenderá. Estamos nessa janela orçamentária, como costumamos chamar aqui.

Então, eu deixo com a Josiane uma questão. Vamos analisar com cuidado o orçamento da educação para sabermos o que podemos fazer para que toda escola pública tenha uma melhor condição para esse processo de inclusão. Refiro-me não só ao centro de recuperação, que está mais ligado à saúde, mas à inclusão na escola pública. O que poderíamos fazer para melhorar, inclusive, a condição orçamentária?

Obrigado, Deputado Danilo.



O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Sabendo de seu engajamento, de seu compromisso com uma causa tão nobre como essa, fico feliz com a sua disponibilidade e, ao mesmo tempo, com sua parceria nessa luta importante para milhões de brasileiros.

Como um primeiro momento, inclusive, criamos essa janela na saúde em razão, primeiro, da obrigatoriedade das nossas emendas, e também porque tínhamos espaço neste primeiro momento, que é mais clínico do que educacional. Em um segundo momento — e já tive, inclusive, a oportunidade de conversar lá no Ministério no Ministério da Educação com o Ministro Camilo —, vamos abrir uma janela para também atender ao custeio na complementação das ações na área de educação.

Tem a palavra a Deputada Silvia Cristina.

A SRA. SILVIA CRISTINA (PL - RO) - Deputado Danilo Forte, estou tão feliz que V.Exa. nem imagina. O Forte, que é seu sobrenome, hoje nos fortalece nesta reunião de maneira tremenda, porque só vale a pena estar na política se for para mudar a vida das pessoas para melhor na base, onde as pessoas realmente precisam. Quando eu estava fechando as minhas emendas e ainda fazendo algumas colocações com alguns compromissos, eu estava preocupada com o compromisso que nós temos com as crianças autistas do Estado de Rondônia. Nós ajudamos algumas entidades, mas, de fato, o recurso, que é de 50% da Saúde — e nós poderíamos ajudar ainda mais —, vem em acordo com tudo o que nós precisávamos. Isso porque nós tínhamos que dar um jeitinho brasileiro, mas precisamos ajudar essas entidades. Faço alusão à AMAAR de Ariquemes, à AMA de Porto Velho, à AMAAB de Buritis, à AMAVI de Vilhena e a tantas outras cidades de Rondônia, entidades essas que funcionam pelo amor das mães, dos pais e daqueles profissionais. Vejam a dificuldade que, às vezes, os Municípios têm para disponibilizar profissionais da área da saúde.



O senhor falou do terapeuta ocupacional, mas não é só no seu Estado, como também no Estado de Rondônia. Quero inclusive pedir à Universidade Federal de Rondônia que, pelo amor de Deus, forme esses profissionais para que, de fato, possamos atender a essas crianças. Como madrinha das APAEs do Estado de Rondônia, eu não me apaixonei apenas pelas crianças com Síndrome de Down, porque hoje as APAEs acabam agregando também os autistas devido às dificuldades que nós temos.

Eu fico feliz porque, há 6 meses, inauguramos o primeiro Centro de Reabilitação do Estado de Rondônia, fruto das nossas emendas, que atende ao autismo severo e a todos os que lá chegam. Isso acalenta o meu coração, enquanto Parlamentar, que tenho um compromisso com as pessoas que mais precisam e um carinho especial pelas pessoas com deficiência.

Com certeza, assim como disse o Deputado Domingos Sávio, a minha cabeça borbulha de informações. Assim, quero dizer a todos de Rondônia que a contribuição da Deputada Silvia Cristina vai ser tamanha, do jeito que eles merecem, com o compromisso que fizemos e com o amor que tanto essas crianças autistas nos dão. Então, Berenice, Fernanda, Patrícia, Josiane e meu querido Deputado Danilo, nada mais justo do que a nossa retribuição à oportunidade que nós temos de estar aqui.

É claro: Parlamento vem de falar, que significa falar. Mas, além do discurso, temos que fazer ações concretas para mudar a vida das pessoas para melhor. E nós vamos dar essa contribuição para as pessoas com autismo em nosso Estado também.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Muito obrigado, Deputada Silvia Cristina.

Agradeço muito a todos os que se deslocaram dos seus Estados para virem aqui, à Dra. Berenice, à Dra. Fernanda e à Patrícia.



O intuito deste trabalho é fazer essa provocação mesmo e mobilizar toda a sociedade organizada para pressionarem os Deputados e Deputadas, os Senadores e Senadoras a abrigarem, no encaminhamento das suas emendas, exatamente essa priorização. Eu não tenho dúvida de que o tema sensibiliza com muita força, toca fundo no coração de qualquer pessoa que ama, que tem família e que sabe da dificuldade que a vida muitas vezes nos impõe. Espero que possamos contar com esse orçamento, se Deus quiser, e sair muito mais fortalecidos do que já estamos.

Eu fiquei feliz com a iniciativa do Ministério, que acordou conosco em já começar essa rubrica com 100, 150 milhões, mas eu tenho plena convicção de que nós temos capacidade de quintuplicar essa emenda se mobilizarmos os colegas Parlamentares.

Passo a palavra agora ao nosso querido decano e amigo, o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, cumprimento V.Exa., assim como a Mesa, composta pela Dra. Berenice, Dra. Fernanda, Patrícia, Dra. Josiani, e as Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, Deputado Danilo, muito obrigado por abrir este espaço na audiência pública a um ex-Deputado que participou e participa da vida política brasileira e do meu Estado da Bahia.

Eu quero fazer um registro importantíssimo nesta reunião, atendendo ao seu convite, Deputado Danilo. Em 1988, quando nós elaboramos a Constituição, eu tive a honra e o orgulho, como brasileiro, de estar presente. Eu fui Constituinte. Colocamos na Carta brasileira que "a saúde é direito de todos e dever do Estado" e, na época, criamos o SUS. Infelizmente, a luta é grande, a cada dia que passa, para colocar os termos de referência da saúde e atender, sobretudo, às pessoas que mais precisam. É fundamental que isso aconteça.



Hoje, aqui nesta audiência pública, meu caro Relator, realmente não há como não se emocionar com os depoimentos individuais, mas, sobretudo, com a causa.

Nós estamos acostumados, aqui no Congresso Nacional, ao longo do tempo, a ver passarem trilhões e trilhões de reais por esta Comissão de Orçamento para obras, para serviços públicos, para o funcionalismo, para tudo. Mas nada disso me marcou tanto quanto essa causa, Deputado Danilo, que V.Exa. acrescenta na LDO com a sua relatoria. Essa é uma causa que realmente nós todos temos que respeitar, porque dinheiro não deixa marca nenhuma na vida, nem na história. O que deixa marca é a causa social, o discurso, a integração das pessoas, o relacionamento das pessoas. Isso joga uma luz para esse processo.

Desculpe-me fazer uma referência, que não é minha. Mas, conversando com o nosso colega ex-Deputado Miro Teixeira sobre algumas questões do orçamento da área da saúde, ele, sendo do Rio de Janeiro, lembrou-se do cientista Oswaldo Cruz, que entrou para a história do Brasil e do mundo pelo combate à febre amarela, uma luta solitária, sozinha, de que ele foi vencedor. E ele fez referência à sua relatoria na LDO — de que já conhece alguns dados — e à sua preocupação em colocar a causa social como obrigatoriedade no orçamento público brasileiro. Isso é fundamental.

Na época, ele disse: *“Benito, eu gostaria de pedir desculpas ao Danilo, porque eu não quero compará-lo com Oswaldo Cruz, com o cientista. Não tem nada a ver”*. Mas a luz que V.Exa. joga hoje nessa causa é uma luz extremamente importante. Sinta-se orgulhoso dos seus mandatos, da sua vida política e pública e desses gestos que faz como Relator da LDO.

Hoje, como membro do Congresso, o órgão da minha vida, eu tenho certeza de que o Congresso Brasileiro está sendo o Congresso do povo brasileiro. E V.Exa., Deputado Danilo, e essas senhoras que apresentaram tão bem os relatórios realmente merecem o nosso respeito.



Era esse o registro que eu queria fazer. Parabéns! Eu realmente me orgulho muito de ser seu colega e seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Benito Gama. Essas palavras, partindo de V.Exa., são muito importantes pela sua história e pelo seu conhecimento, assim como as de um grande e respeitado homem público, que é o Miro Teixeira, a quem eu também agradeço a referência. Longe de mim querer ter qualquer semelhança com Oswaldo Cruz, mas talvez nos unifique a vontade de lutar em busca exatamente de dar melhor condição de vida a esse tão sofrido povo brasileiro.

Estavam inscritos também o Deputado Fernando Mineiro e a Deputada Lêda Borges, mas não estão mais aqui.

Sra. Camila, pode usar da palavra. Só peço que coloque a instituição que representa, para podermos conhecê-la melhor.

Obrigado.

A SRA. CAMILA MEDEIROS - Boa tarde, Deputado. Obrigada pelo convite.

Sou Camila, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, e represento a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Distrito Federal.

Fico muito feliz com esta Mesa e me sinto lisonjeada por estar aqui em frente à Sra. Berenice Piana. Sou tia de autista, minha sobrinha é a Helena, que hoje tem 12 anos e foi diagnosticada aos 9 anos pela rede privada. Então, pensamos que, se na rede privada foram 9 anos para um diagnóstico, no SUS seria mais difícil ainda, não é? A fala da Fernanda foi cirúrgica; eu sou fisioterapeuta também.

No SUS, temos duas redes de atenção que prestam assistência a essa população: a Rede de Atenção Psicossocial e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. São duas redes muito importantes e que precisam conversar entre si. Elas recebem financiamentos diferentes, cada uma com seus equipamentos. Na Rede de Atenção Psicossocial, o DF tem dois serviços muito importantes, que são o COMPP e o Adolescento, e nós temos apenas três centros de reabilitação no DF. Se utilizarmos o CDC, como a Sra. Berenice apresentou, nós teremos mil



novos casos de autismo por ano. Então, três centros de reabilitação não são suficientes para atender a toda essa população. Sem dúvida, a lei orçamentária vem trazer uma luz para que possamos ampliar o acesso, os diagnósticos e os tratamentos a toda essa população que já existe e está gritando com a necessidade e a que ainda vai surgir.

A Josiane fala da educação e, sem dúvida, a articulação intersetorial é muito importante, não só a articulação entre as duas redes, mas a articulação entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação. Eles estão na Secretaria de Educação, que precisa conversar com a Secretaria de Saúde. Nós acreditamos que os núcleos de atendimento à criança e ao adolescente com TEA venham beneficiar muito essa população e ficamos muito felizes com essa nova possibilidade que surge para essa população.

Acho que é isso. Agradeço mais uma vez o convite e a presença aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Camila.

Queria agradecer também a presença da Deputada Fernanda Pessoa, que é engajada nessa luta e faz um grande trabalho nesse sentido. Inclusive, o pai dela, o nosso amigo, um grande homem público, que é o ex-Deputado Roberto Pessoa, atual Prefeito de Maracanaú, também implantou essa política pública no Município, que é a segunda cidade em termos econômicos do Estado do Ceará.

Agradeço também os Deputados que por aqui passaram: o Deputado Mauro Filho, a Deputada Talíria Petrone e o Deputado Gaguim.

E, agora, fará uso da palavra a Prefeita de Solonópole, a Profa. Ana Vladia.

A SRA. ANA VLADIA NOGUEIRA PINHEIRO JUCÁ - Boa tarde.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui nesta tarde, uma tarde de emoção, de conhecimento e de muita alegria em saber que V.Exa., Deputado Danilo, teve esse cuidado, essa sensibilidade de olhar tão bem para essa causa nobre.



Eu sou Prefeita de uma cidade pequena, com 18 mil habitantes, e, por maior esforço que façamos pelas crianças com transtorno do espectro autista, nós estamos muito limitados com a falta de profissionais. Realmente, não há na região terapeutas ocupacionais, e até fonoaudiólogos está difícil conseguir. Como os casos são muitos, os profissionais querem ficar nos grandes centros.

Então, mais uma vez, louvo essa atitude. Com certeza, a criação desses núcleos vai melhorar a qualidade de vida dessas crianças. Espero que Solonópole tenha um.

V.Exa., Deputado, é um orgulho para nós do Ceará.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Ana Vladia. Para mim, essa é uma alegria muito grande. Parabéns pelo belo trabalho que você faz à frente da Prefeitura de Solonópole.

Esse é um M ou um C?

Passo a palavra ao Sr. Claílson Farias, do CREFITO.

Ele não fez caligrafia, viu, Claílson? Eu sou do tempo da caligrafia; lá em casa tinha que fazer caligrafia. *(Pausa.)*

Ah, a letra é sua? Então, é porque você é médico. Parece letra de médico. *(Risos.)*

Claílson, o senhor tem a palavra. Desculpe a brincadeira. Obrigado.

O SR. CLAÍLSON FARIAS - Boa tarde.

Parabéns, Deputado Danilo Forte, por essa aprovação histórica, que é quando as políticas públicas são criadas, mas falta o principal, que é a rubrica para o gasto orçamentário lá na ponta.

Eu aqui represento o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, na pessoa do nosso Presidente, o Dr. Wilen Heil e Silva. Fazemos parte do Sistema COFFITO/CREFITOS, onde somos 18 conselhos, indo para 19. Em todo o País, há 400 mil fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais à disposição da população. Como o senhor mesmo falou, há a possibilidade de criação e



abertura de 600 núcleos de atenção à criança com espectro autista e de que esses 600 sejam multiplicados. Mas, enquanto estamos aqui hoje falando em orçamento, como a Prefeita Patrícia nos mostrou, não podemos fazer com que esses núcleos cresçam com a falta de isonomia salarial que há.

Hoje, a realidade da Patrícia é essa. Nós vemos que a remuneração dos profissionais de saúde é entre mil e 13 mil reais, e ninguém é melhor do que ninguém. Nós estamos falando aqui em acolhimento, em humanidade, então, temos que prezar por essa autonomia profissional, por essa isonomia salarial dentro da construção desses núcleos.

E principalmente fala-se aqui muito que há uma demora no diagnóstico do autista, o que também exige uma quebra de paradigmas, porque o diagnóstico da doença não está concentrado em um único profissional. O diagnóstico da doença é multiprofissional, conforme prevê a Lei nº 12.842, de 2013. Então, em nosso Brasil, que é continental, temos que primar por que esse diagnóstico seja feito por equipe multiprofissional, incluindo fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, assim como outro integrante dessa equipe.

Falamos ainda de educação, e será muito bem-vinda mais essa rubrica dentro da janela da educação. Mas hoje, com a alteração do FUNDEB, já é possível contratar — e lá ficou alterado como profissional técnico — o profissional de saúde dentro das escolas de atenção básica para dar esse suporte. E isso é pouquíssimo utilizado. Poucos Municípios abrem precedente para essa contratação. Mas, além dessa alteração, poderia vir essa rubrica também.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado.

Do ponto de vista técnico, nós já temos a rubrica. Certo? Isso aqui é por onde ela vai ser operacionalizada. A partir daqui, vai ser possível colocar a emenda suplementar, fazer o convênio com o Estado, com o Município, com qualquer ente federado, e fazer a transferência do recurso. O Parlamentar entra aqui no Subtítulo nº 6.506, coloca a emenda e, a partir daí, o Ministério faz o



convênio e aporta o recurso multidestinado pelo Parlamentar para aquela cidade, para aquele Município ou para aquele Estado.

Portanto, já temos a rubrica. Precisamos agora aumentar o dinheiro. E é por isso que o CREFITO pode ajudar muito, cobrando inclusive de todos os Parlamentares.

Concedo a palavra à Daniela Freitas.

A SRA. DANIELA FREITAS - Eu sou autista, fui diagnosticada aos 15 anos, tenho um filho autista de 6 anos e passei toda a minha jornada achando que o autismo se resumia a mim. Imaginem todos os outros que estão no Brasil e que não fazem ideia do que seja autismo!

Então, para nós conseguirmos mais verbas e seguir todo esse processo, temos que furar essa bolha. Mas não adianta só furar a bolha sensibilizando, mostrando todas as nossas dores, porque as pessoas não se sensibilizam. Essa é uma tentativa que nós fazemos o tempo todo. Nós temos que pegar as pessoas pelo bolso, temos que ir pela via econômica.

A Sociedade Brasileira de Pediatria traz um documento, que eu acho muito interessante, falando sobre o autismo, suas características e que, tratando-o de forma precoce, podem-se alterar prognósticos, suavizar impactos e sintomas. E ele traz também, que é importante enfatizar, que o impacto econômico na família e no País também será alterado pela intervenção precoce, intensiva, baseada em evidência. E é isso que eu quero trazer para os senhores.

Vamos começar pelo conceito de transtorno. Como nós já discutimos aqui, o conceito de transtorno permeia várias questões. O autismo é um dos transtornos mais comórbidos que há no livro *DSM*. Ele faz uma interface com doenças, com outros transtornos, como, por exemplo, o TDAH — isso ocorre em torno de 80% dos autistas, segundo pesquisa. Portanto, o autista, além de ser autista, vem com um pacotinho de outros transtornos relacionados. E há várias outras questões.

O transtorno não causa transtorno somente à pessoa, mas também a todos a sua volta. Então, eu, autista, causo transtorno ao meu esposo, à minha família, a



quem está perto de mim. Por isso, eu preciso de um suporte para reduzir tudo isso, todo esse impacto. O meu filho está no nível 3 de suporte, ele precisa de mais suporte em várias interfaces da vida dele.

Como já foi discutido, nós estamos trazendo o aspecto da saúde, que é importantíssimo. Só que nós trazemos que há outros impactos, como a questão educacional, a questão social. Essa é uma conversa muito importante, vai além da questão da busca da verba, de como conectar isso, e mais: o conceito dos profissionais envolvidos. Isso porque, como já discutido, é algo interdisciplinar, mas não basta ser formado em terapia ocupacional, em fisioterapia. Eu sou engenheira e estou nesse meio também.

E há intervenções baseadas em evidências. Nós precisamos que haja intervenções baseadas em evidência. Mas infelizmente as nossas instituições não estão preparadas para isso. Então, o foco é que precisamos educar. Parede é muito importante, mas parede não educa. A base de todo um transtorno é essa base educacional, que nós temos que inserir em nossos sistemas.

Muito obrigada pela iniciativa. Estou à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Daniela. Nós é que agradecemos. Parabéns pela sua luta!

Eu acho que tudo tem um começo, e nós estamos começando. Acho que, daqui a 3, 5 ou 10 anos, com certeza, vamos ter um nível de acolhimento, de acompanhamento e de tratamento muito melhor na qualidade da prestação do serviço, com o desenvolvimento da capacitação e do aprendizado. A vida ensina muito. Acho que esse nosso início é um pontapé para que possamos alcançar o objetivo. *"O ótimo é inimigo do bom."* Vamos começar aqui pelo bonzinho, que está indo bem.

Obrigado.

Com a palavra a Deputada Fernanda Pessoa, minha amiga e conterrânea.



A SRA. FERNANDA PESSOA (Bloco/UNIÃO - CE) - Primeiro, quero cumprimentá-lo, em nome de toda a Mesa, Deputado Danilo, e lhe dar os parabéns pela iniciativa de podermos fazer uma audiência pública sobre um tema tão importante, tão sensível.

Nós precisamos ter empatia e nos colocar no lugar daquele autista, daquela família. Muito me preocupa hoje, Deputado Danilo, a questão das mães. Sabemos das dificuldades, primeiro, com o diagnóstico, segundo, em como iniciar o tratamento e, terceiro, em como vai estar psicologicamente aquela mãe. Hoje, pela manhã, eu tive a oportunidade de ouvi-lo falar um pouco na Comissão de Saúde, e me chamou a atenção aquele centro. Nós temos que ter, naquele centro, um espaço para as nossas mães, para os nossos pais, apesar de muitas vezes serem mais as mães que acompanham o autista, mas há muito pai também que o acompanha.

Eu me preocupo ainda com o fato de que, quando há uma criança autista, normalmente o pai ou a mãe é autista também. Ele só se descobre depois que está acompanhando aquele filho. E uma das coisas que eu queria é que pudéssemos fazer pesquisa, para descobrirmos por que está aumentando tanto a quantidade de autista. Como mãe, eu observo o seguinte: na geração em que o meu pai nasceu, não havia autista; na geração em que eu nasci, não havia; quando o meu filho nasceu, não havia; mas os meus filhos já conhecem filhos de amigos, sobrinhos e primos da mesma idade que têm o transtorno. Será que é por conta da alimentação? Será que são essas academias que usam aqueles suplementos alimentares? Enfim, o que é que está acontecendo? Precisamos ter um recurso disponível para pesquisa. Temos que descobrir isso! Será que é essa questão do uso de aparelhos? Uns falam que é. Outra questão é de as meninas começarem a vida sexual mais cedo e tomarem anticoncepcional. Não sabemos o que é. Precisamos saber o motivo.

Temos muitos médicos especialistas, neurologistas no Ceará; temos vários. Eu milito nessa causa desde o meu primeiro mandato como Deputada Estadual, e



foram três mandatos. Então, o autismo é muito presente na minha vida. Primeiro, eu me dedico porque eu me preocupo muito. Como disse no início, primeiro, tenho empatia com a causa e me coloco no lugar dessas mães, sendo a voz para essas mães que muitas vezes não tem eco, e, no interior do Estado, elas procuram pelo atendimento que não existe. Então, este projeto realmente vem na direção do meu anseio de poder ajudar essas mães, de ser as mãos delas.

Como eu conversei com V.Exa., eu dei entrada no Projeto de Lei nº 3.119, que trata dos recursos que estão disponíveis nos bancos e que os cidadãos brasileiros não foram buscar, que estão lá parados. Muitos nem sabem que têm aquele recurso. Eu dei entrada ao PL para que esses recursos, que não forem procurados até o dia 20 de setembro, possam ser destinados aos centros de atendimento aos autistas de todo o Brasil. São mais de 10 bilhões de reais, Deputado! Nós precisamos desse dinheiro, que está parado. Só quem está ganhando com isso são os bancos. Eu conversei com V.Exa., que disse se tratar de um recurso a que não podemos ter acesso, porque seria apropriação indébita. Mas nós deveríamos arranjar alguma forma de ver isso, porque, com esse dinheiro, só quem está ganhando, como eu disse, são os bancos.

Parabéns pela iniciativa! Contem com o meu apoio e com a minha dedicação. Onde nós pudermos ser a voz, nós a seremos. Também vamos colocar recursos para que esses centros, em todo o Brasil, funcionem e para que as mães possam sentir no coração que têm alguém olhando por elas.

Mas não podemos nos esquecer de que isso é necessário não só no período da infância. Nós temos que nos preocupar com o adolescente e com o adulto, porque eles crescem e não morrem cedo, não há idade para isso. Então, temos que nos preocupar com todas as fases.

Obrigada, e parabéns mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputada Fernanda Pessoa.



Realmente a sua emoção nos contagia. Eu sei do seu compromisso, da sua história e da sua luta em defesa dessa causa.

Tem a palavra a Sra. Lídice Braga, que deve ser professora, porque a letra é boa.

A SRA. LÍDICE DOURADO DIAS BRAGA - Eu quero cumprimentar a Mesa e agradecer a oportunidade de poder participar desta atividade aqui em Brasília, onde eu moro.

Eu queria engrossar a fala da Camila, que está na Secretaria de Saúde. Eu estou aqui acompanhando a Secretaria de Educação e queria dizer à Josiane, do Ministério, que temos recebido todos os recursos para as salas de recursos do AEE. Isso tem ajudado demais.

Eu sou da Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral, da Diretoria de Educação Inclusiva e Atendimentos Educacionais Especializados, que é onde nós recebemos toda essa clientela da educação especial e onde trabalhamos para que as políticas públicas aconteçam na ponta.

O que nós temos visto e sentido — e não quero com isso jogar um balde de água fria, pois realmente o Brasil é um País de inovações, e é muito importante retomar as atividades —, muitas vezes, é uma pulverização dos recursos. E, como disse a Josiane, nós temos muita dificuldade com os nossos professores. A minha colega, que é gerente no setor que cuida desses recursos, fica buscando onde há professores nas salas de recursos, porque as salas de recursos existem, os recursos estão chegando, mas nós não temos os professores, eles estão adoecidos.

Há outro recurso que nós temos na Secretaria de Educação: todas as escolas são inclusivas aqui no Distrito Federal, são cerca de 700 escolas. Mas essa população está aumentando, e o número de escolas, o número de salas não atende à mesma, e nós temos salas lotadas. Muitas vezes, na situação de transtorno do espectro autista, o estudante seria muito beneficiado por uma turma



reduzida e inclusiva, onde ele convivesse numa unidade de educação regular. Essa é mais uma situação.

Eu sei que o centro é muito importante, é um centro de referência. Mas eu queria que vocês olhassem também para o que já existe hoje no País — e eu falo do Distrito Federal, em especial —: programas e políticas que já foram criados, já foram implementados e precisam ser fortalecidos.

Essa questão da formação dos professores, com um olhar para os professores, chamou a minha atenção, assim como a questão do quadro de remuneração. Embora seja um trabalho de referência, esse quadro que a nossa Prefeita colocou chamou a minha atenção. Eu entendo a relevância do profissional de saúde, mas hoje nós temos sofrido, porque a educação é um serviço compulsório. É lá aonde chega todo mundo, que nós recebemos e acolhemos. Muitas vezes, eu tenho uma turma com 35 alunos em que há um estudante com transtorno de espectro autista que tem uma hipersensibilidade ao barulho, ou que precisa de uma adaptação curricular ou de outras adaptações. Fica bem complicado para a professora, que também não teve a formação adequada, desde o seu curso de graduação, trabalhar com isso. Mas entendo que temos que trabalhar. O estudante tem que estar lá dentro, e ele está. Eu só queria fazer essa colocação.

Quero parabenizá-los por todo o trabalho, é sempre muito bom. Mas, por favor, fortaleçam o que já existe.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Sem sombra de dúvida, Lídice. Para aquilo que já está credenciado junto ao Ministério da Saúde, sejam instituições, sejam entes federados, Estados e Municípios, isso permanece. Nós não estamos aqui passando uma borracha para começar a partir de agora. Pelo contrário. Todo esse aprendizado precisa se somar a esse esforço, pois queremos construir algo mais integrado.



O que nós estamos fazendo agora é uma integralidade de política pública: Governo Federal com os Governos dos Estados, com os Municípios, com uma base orçamentária, com um roteiro do funcionamento dos núcleos, desde o neurologista até a pontinha, com a educação física, a música e a inclusão social, como foi falado aqui. Tudo isso coordenado como política de Governo, política de Estado. É isso que estamos fazendo aqui.

Portanto, considero esse aprendizado muito importante e muito bom e agradeço a todos os que deram sua contribuição. Peço a cada um dos palestrantes para fazerem suas considerações finais. Eu acho que nós já marcamos aqui um momento muito importante.

Quero agradecer a presença também aqui conosco do Prefeito de Jaguaribe Alexandre Diógenes, do Estado do Ceará.

Ao mesmo tempo, quero reavivar a provocação do nosso intuito de trazer este debate à CMO, Comissão essa que gosta muito de discutir números. Nós estamos discutindo aqui política pública na área da saúde, e saúde mental. Então, acho que é uma inovação, até para esta sala, onde eu já participei de muita coisa, até missa nesta sala já houve. Mas, debate sobre saúde mental, sobre autismo, sobre criança com deficiência, é a primeira vez que nós estamos fazendo.

Eu já acompanho esta Casa há muitos anos: primeiro, como assessor parlamentar — comecei com o Deputado Paes de Andrade, em 1983 — e, depois, na condição de Deputado. Já trabalhei em diversas Comissões e em diversos setores da Casa, que conheço bem. O que precisamos, agora, é fazer uma mobilização para pressionar os Parlamentares ao engajamento. Vocês prestaram a atenção e viram que todos os Parlamentares que se manifestaram automaticamente já estão assumindo um compromisso de engajamento na causa. Mas precisamos dizer que são 513 Deputados e 81 Senadores, e precisamos alcançar todos. E, para que esse alcance seja efetivo, é necessária a mobilização dos setores organizados, principalmente de pais, mães, sociedade civil



organizada, CREFITO, associações aqui citadas, instituições e entidades que militam nessa área.

Então, vou pedir aos senhores palestrantes que façam suas considerações finais, para concluirmos esta audiência, que, para mim, já foi um sucesso, não só pela presença física neste plenário da CMO, mas também pela própria Internet, em que verificamos uma audiência qualificada para este debate.

E quero agradecer fundamentalmente às pessoas que vieram de longe para nos trazer sua experiência e sua vivência e enriquecer este debate, começando aqui especialmente pela Dra. Berenice Piana.

Antes, porém, concedo a palavra à Sra. Iraê Cardoso.

A SRA. IRAÊ CARDOSO - Deputado, eu trabalho há mais de 30 anos com pessoas com deficiência.

Meu nome é Iraê Cardoso. Sou do Rio, mas trabalho em Alagoas. Eu comecei a trabalhar nessa área porque tive um irmão surdo, que faleceu no Rio de Janeiro. Graças a Deus, meu trabalho conta com a ajuda de todos os Parlamentares de Alagoas e da sociedade. Nós evoluímos e atendemos a 5 mil pessoas por mês; estamos no Sertão, em Penedo, no Baixo São Francisco, e na Capital. Ao todo, temos oito unidades.

Vou falar rapidinho sobre uma realidade que o senhor poderia levantar com as universidades, que é a formação de fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, e sobre o investimento em comunicação alternativa.

Em nossa associação, que começou com quatro voluntários, temos hoje mais de 200 terapeutas e médicos. Só no mês passado, recebi oito pedidos de demissão de fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Com a judicialização, surgiram clínicas privadas para atender aos autistas pagando três vezes mais. Então, não temos como competir — nós, que atendemos pelo SUS — com o mercado privado.

E, mesmo sendo um Centro Especializado em Reabilitação — e somos CER III —, mesmo com o esforço do atual Governo, que fez um reajuste agora, não



conseguimos alcançar aqueles valores. Vou explicar a V.Exa. Trata-se daquela história de demanda e de mercado: a nossa Faculdade de Fonoaudiologia não consegue formar sequer 10 fonoaudiólogos por ano. Com isso, há uma escassez de profissionais.

As famílias que têm conhecimento, porque os pobres nem sabem como judicializar, conseguem judicializar e obrigar a Prefeitura a pagar 6 mil reais para uma clínica da iniciativa privada. Nós somos filantrópicos, ninguém paga nada. Estamos no Sertão e só nós atendemos 23 Municípios. Do Sertão para a capital, uma família sai pela manhã, às 4 horas e 30 minutos, e volta à noite, deixando outros filhos em casa.

Outra questão é que atendemos deficiências intelectuais e nos chegam ordens da Secretaria e de outros para atendermos o autista imediatamente. Mas tenho uma criança com paralisia cerebral na fila de espera há 2 anos... Então, está difícil para atendermos pessoas autistas pobres e crianças com deficiências que vêm do campo, do Sertão — alguns chegam ao centro de carroça. Cadê a formação da universidade? O que podemos fazer?

Tenho uma filha que é psicóloga e mora nos Estados Unidos, em Boston. Ela estava trabalhando em uma empresa que atender autistas, a Riverside, e me falou que lá também faltam fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Como é brasileira, ela atende crianças autistas, de zero a 3 anos, filhos de imigrantes brasileiros. E ela me falou: *"Mãe, a nossa chefe, que inclusive é de Harvard também, deu-nos um treinamento em comunicação alternativa — para nós, psicólogos e psicopedagogos —, e eu tenho conseguido muitos resultados, porque muitos problemas estão na família. Assim temos conseguido esses resultados"*.

Então, precisa haver um debate sobre a política pública e o Instrutivo do CER, porque muitas famílias chegam lá e falam: *"Vocês têm que ter essa especialização. Eu quero tantas horas para o meu filho"*. Mas no SUS não nos dá essa condição — entendeu, Deputado?



Eu louvo a iniciativa de V.Exa., mas acho que apenas esta audiência não é o suficiente, porque temos um Brasil grande, e a política feita no gabinete é diferente da política feita na rua, na ponta.

Eu sou do Rio de Janeiro, mas estou em Alagoas há mais de 30 anos. Todos os Parlamentares de Alagoas, inclusive Senadores, conhecem o nosso trabalho. Graças às emendas Parlamentares, ainda tenho conseguido pagar uma folha de quase 600 mil reais. Enquanto duzentas consultas especializadas de neuropsiquiatras e fisiatras custam-nos 48 mil reais, recebemos 2.010 reais por mês. Isso é esmola. Como fechar um diagnóstico?

É isso. Muito obrigada. Desculpe-me, mas eu estava aqui atrás e sou uma peregrina. Sou da época da CORDE, daquelas câmaras técnicas, quando estudávamos e virávamos noites para elaborar a Lei de Acessibilidade, a Lei de Cotas, da época da Marisa, que tinha um filho autista e desbravava esse caminho. Eu sou dessa época. Então, acompanho muito as políticas públicas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Ialê.

Sem sombra de dúvida, o esforço se soma ao trabalho que nós estamos fazendo. Acho que são ações complementares. Não tenho dúvida de que inclusive a Josiane já vai voltar lá para o MEC com essa cobrança, com relação ao estímulo da ampliação e da capacitação pelas universidades de profissionais nessa área.

Eu descobri que falta terapeuta e fonoaudiólogo. Eu também não sabia. Mas ninguém sabe de tudo. Foi exatamente nas audiências, foi visitando os Municípios, foi conversando com as pessoas da área que descobrimos isso. Essa é a importância das audiências regionais que temos feito. Lá no Rio de Janeiro, fizemos uma, inclusive foi muito boa. A Dra. Berenice participou junto conosco, com o auditório lotado. Nas assembleias por onde temos passado, temos convivido com esse debate.

A própria mobilização desse movimento é que vai fortalecer essa ação. Não tenha dúvida de que a sensibilidade política passa muito pela mobilização das



peessoas. O político é muito focado na mobilização do povo. É isso que nós estamos provocando, fazendo, construindo e estimulando. Eu não tenho dúvida de que essa é uma política que ainda vai evoluir muito. Se Deus quiser, em pouco tempo, nós teremos sensibilizado todo o povo brasileiro.

Nós não tínhamos nada. Nenhuma política integrada em nível nacional existia. Havia muitas ações pontuais, como inclusive a que a senhora faz em Alagoas. Eu a parablenizo por isso. Agora, nós vamos ter a construção de uma política integrada.

Com a palavra a Dra. Berenice Piana. *(Pausa.)*

O SR. JOEL BITENCOURT SERRA - Deputado, posso só parabenizar?

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Peço que seja breve, porque eu só tenho 7 minutos para encerrar a sessão.

O SR. JOEL BITENCOURT SERRA - Peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Tem a palavra V.Sa.

O SR. JOEL BITENCOURT SERRA - Eu sou Joel Serra. Eu sou conselheiro tutelar eleito pelo Rio de Janeiro.

Eu queria parabenizar este debate. A área do espectro autista tem crescido muito. Na nossa região, eu trabalho há mais de 25 anos com crianças e adolescentes, com instituições que cuidam. A demanda tem sido muito grande.

Eu quero parabenizá-lo, Deputado, por toda essa proposta.

Que Deus possa nos abençoar! Sucesso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Joel. Na próxima, se você chegar mais cedo, poderá falar mais que 1 minuto.

Tem a palavra a Dra. Berenice.

A SRA. BERENICE PIANA DE PIANA - Eu quero só agradecer por tudo o que eu ouvi aqui hoje. Eu espero que isso não morra aqui, que esta voz continue



ecoando e que cada um que ouviu aqui o meu depoimento e tantos outros possa levar isso no coração.

Resumidamente, eu vou dizer o que eu disse no dia em que a nossa lei foi aprovada no plenário e foi para sanção. Quando alguém me perguntou como conseguimos isso tão rapidamente, uma vez que é tão difícil, eu falei: *"jamais subestime o poder do amor de uma mãe"*.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Berenice.

Tem a palavra a Sra. Patrícia Barreto, nossa Prefeita de Irauçuba.

A SRA. PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO - Quero deixar meu abraço a todas as crianças, mães, famílias, em especial aos profissionais que fazem o Centro de Atendimento Infantil Neuropsicomotor Dra. Fátima Lotif, no Município de Irauçuba.

Gostaria de deixar meu abraço e minha gratidão ao Deputado Danilo Forte pelo convite e por ter, na tarde de hoje, discutido de forma ampla essa causa, que é muito necessária e plausível, e por ter apresentado à sociedade os resultados da sua caminhada em prol dessa causa.

Parabenizo todos os que aqui estão. Um abraço especial aos que nos assistem pela *TV Câmara* e pela página oficial da Prefeitura de Irauçuba, aos irauçubenses que nos assistem.

Espero que nós possamos, como aqui foi dito, ser luzes não em nós e no que nós fazemos, mas na causa que aqui nós estamos representando, a do autista, a das crianças com necessidades especiais. Queremos fazer muito mais ao longo da nossa trajetória política. Que nós que aqui estamos, de alguma forma, possamos ter, de forma muito positiva, impactado a vida das pessoas. Com o que nós viemos aqui construir possamos ser, no futuro próximo, um resultado muito positivo para a sociedade.

Um abraço!



O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Prefeita Patrícia

Concedo a palavra à Sra. Fernanda Suzarte.

A SRA. FERNANDA SUZARTE - Gostaria de agradecer a Deus por esta oportunidade, ao Deputado e à Berenice, que acabou de trilhar mais uma fase importante junto com Deputado e com todos os que estão aqui ouvindo e colaborando, pensando dentro do seu universo como podem realmente fazer a diferença.

Agradeço a você, autista, que tem lugar de fala, assim como nós, as mães.

Obrigado, meu primo Jean pela presença! Ele é responsável pela educação especial em Brasília.

Gostaria de parabenizar a Prefeita e de agradecer aos meus pais, à minha família, à minha equipe, em especial, e a todos aqueles que são comprometidos com a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, a Rede de Atenção Psicossocial — RAPS, de Alagoas. Eu também sou do CER, ainda não habilitado e que está em andamento. Caminhamos, atendemos, acolhemos muito, mas na realidade precisamos rever a questão orçamentária, sem dúvida nenhuma. Eu acho que sensibilizar pessoas como o Deputado Danilo Forte, que tem essa abertura e esse coração gigante, é o caminho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Fernanda.

Tem a palavra a Sra. Josiane Pereira Torres, do Ministério da Educação.

A SRA. JOSIANE PEREIRA TORRES - Gostaria de agradecer a oportunidade desse diálogo, de reiterar o nosso compromisso com a escola regular e de dizer que todas as iniciativas são positivas e vão refletir na escola.

Convido a professora para entrar em contato conosco para poder estreitar esse diálogo e ampliar a conversa.

Permanecemos à disposição.



O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Josiane e a todos que tiveram a paciência de nos ouvir e acompanhar e a todos os que participaram desta audiência pública. Ela é de fundamental importância para essa causa.

Nós estamos aqui construindo um novo Brasil, de inclusão social, respeito e dignidade com aqueles que muitas vezes não têm capacidade de se defender. A maior covardia que a sociedade pode fazer é marginalizar uma pessoa inocente, que não tem condição de levantar a sua voz para garantir os seus direitos. Esse é um caminho. A política precisa ser humanizada. Ela é feita por homens e mulheres que têm sentimentos, suas lutas, suas tradições, mas ela não pode ser distanciada da principal causa da sua existência, que é a capacidade de transformação e de mudança no cotidiano da vida das pessoas e das famílias.

Aproximar a política, o orçamento, a governabilidade, políticas públicas que sejam capazes de fazer essa transformação é a essência e a grande força motivadora da ação política na sua plenitude.

Quero aqui agradecer a todos os convidados e todos as Sras. e Srs. Parlamentares, aos assessores, aos servidores das duas Casas Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal, que participaram desta audiência.

É apenas uma semente que está sendo aguada neste momento. Que possamos sensibilizar nossos pares e alavancar essa causa, dar a ela dimensão e tamanho, dentro do compromisso da União, dentro do compromisso do Governo Federal e dentro do compromisso do Orçamento Federal, para fazer exatamente essa grande transformação.

A reunião está encerrada.

Muito obrigado a todos.